



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS
SUBCOMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO 1º GRAU
DE JURISDIÇÃO – SOAPG/TJAM.

ANEXO 1

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COMISSÃO/ COMITÊ/SUBCOMITÊ/GRUPO DE TRABALHO: **Comissão do Laboratório de Inovação e Inteligência.**

COORDENAÇÃO: **Desembargador Délcio Luís Santos**

SEMESTRE/ ANO DE AVALIAÇÃO: 2021/2022

ITEM 1 - FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE

Neste campo devem ser inseridos os nomes de todos os membros que estão vinculados à comissão/ grupo de trabalho.

MEMBRO	CARGO
Des. Délcio Luís Santos	Desembargador Presidente da Comissão
Dr. Roberto Santos Taketomi	Juiz Coordenador
Dr. Ronnie Frank Torres Santos	Juiz Membro
Dr. Gonçalo Brandão de Sousa	Juiz Membro
Dr. Diego Martinez Ferverza Cantoário	Juiz Membro
Bruno Oliveira de Souza	Secretário da Comissão
Maria Eleonora Brandão Castelo Branco	Facilitadora da Comissão
Guilherme Barbosa Fernandes	Representante da SECGAD
José Carlos da Silva Batista	Representante da SETIC
Wiulla Inácia Garcia	Secretária da SEGEP
José Edson Ferreira Nunes	Coordenador do NEGE
João Paulo Ramos Jacob	Diretor da EASTJAM

ITEM 2 - QUANTO À GESTÃO DO TRABALHO REMOTO NESTE PERÍODO:

2.1. Quais os recursos tecnológicos estão sendo utilizados para se comunicar com a equipe? Obs: Poderá ser marcada mais de uma opção.

- Ligação de voz (telefone convencional);
- Whatsapp/Telegram/E-mail;
- Reuniões por meio de ferramentas de videoconferência;
- Reuniões presenciais;
- Apenas pelas ferramentas disponíveis nos sistemas processuais (SAJ, Solar BPM/ antigo CPA, Projudi, sistema interno);
- Outros. Informar: Intranet (preenchimento de formulários); SEI (tramitação de processos administrativos).

2.2. Em relação às metas previstas durante o período avaliado:

- Todas as estabelecidas foram cumpridas no período.
- As seguintes não foram cumpridas*:

Obs: Descrever apenas as que NÃO foram cumpridas.

ITEM 3 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1. Aprovação e criação da Portaria que institui o Laboratório de Inovação e Inteligência do TJAM;
2. Definição da equipe que irá compor o Laboratório;
3. Elaboração do Plano de Trabalho do Laboratório elencando suas prioridades;
4. Criação de link na intranet com o objetivo de apresentar, informar e divulgar o Laboratório de Inovação e Inteligência;

5. Criação de banner na intranet com o objetivo de disponibilizar formulário para preenchimento de propostas de ações, exclusivo para magistrados, servidores e colaboradores do TJAM que desejam contribuir com iniciativas a serem desenvolvidas no Laboratório;

6. Proposta do Projeto de Sistema de Negociação Virtual, visando disponibilizar um ambiente eletrônico alternativo e permanente para a resolução dos litígios judiciais, por meio da interlocução direta entre as partes reclamantes e as empresas reclamadas. Visa instituir no âmbito do Poder Judiciário, notadamente nas Unidades Judiciais do Interior do Estado, que utilizam o Processo Judicial Digital- PROJUDI, o Sistema de Negociação Virtual, outorgando ao jurisdicionado, ferramenta digital desenvolvida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, que possibilite a composição consensual do conflito de forma célere e eficaz;

7. Proposta do Programa de Integridade, que visa instituir um conjunto de projetos e ações que serão administrados de forma integrada, reunidos em documento único aprovado pela alta direção, no qual será apresentado ações de prevenção, detecção, correção e monitoramento das áreas suscetíveis a desvios, corrupções, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública;

8. Proposta do Programa de Gestão de Varas - Luminus, que visa assessorar e instruir as Unidades Judiciais de 1º Grau do Interior e da Capital, buscando a melhoria e o aprimoramento da gestão e gerenciamento de varas, com o objetivo de alcançar melhores resultados no cumprimento das metas nacionais do CNJ e dos indicadores de produtividade, procurando tornar a prestação jurisdicional mais célere, efetiva e resolvida, através de atividades de capacitação de servidores e magistrados; assessoramento e suporte; e divulgação de resultados relacionados às Metas Nacionais e Indicadores do Justiça em Números.

9. Proposta de Projeto para celebração de acordo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, visando o compartilhamento de ferramentas tecnológicas desenvolvidas pela Coordenação dos Juizados Especiais (COJE TJBA), quais sejam, o extrator de dados da base do PJe, desenvolvido para auxiliar no desenvolvimento de modelos de inteligência artificial, a ferramenta de busca de processos por similaridade, a assistente Sofia, bem como a automação que realiza triagem de processos com uso de etiquetas e palavras chaves. Tais ferramentas tecnológicas serão implantadas nas Unidades Judiciais do Interior do Estado que utilizam o Sistema Projudi.

ITEM 4 - CONCLUSÃO:

A Comissão permanente, vem atuando mediante interação entre magistrados, servidores e demais usuários do serviço jurisdicional, com foco no desenvolvimento de estudos e propostas de práticas de inovação e melhoria para a gestão do tribunal.

ITEM 5 - OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES:

ANEXO 2

RELAÇÃO DE TODAS AS PAUTAS, ATAS DE ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO.

(2º semestre/2021) e (1º semestre/2022).

COMISSÃO/ COMITÊ/SUBCOMITÊ/GRUPO DE TRABALHO: **Comissão do Laboratório de Inovação e Inteligência.**

COORDENAÇÃO: **Desembargador Délcio Luís Santos.**

SEMESTRE/ ANO DE AVALIAÇÃO: 2021/2022

ITEM 1 - FORÇA DE TRABALHO DA UNIDADE:

Neste campo devem ser inseridos os nomes de todos os membros que estão vinculados à comissão/ grupo de trabalho.

MEMBRO	CARGO
Des. Délcio Luís Santos	Desembargador Presidente da Comissão
Dr. Roberto Santos Taketomi	Juiz Coordenador
Dr. Ronnie Frank Torres Santos	Juiz Membro
Dr. Gonçalo Brandão de Sousa	Juiz Membro
Dr. Diego Martinez Ferverza Cantoário	Juiz Membro
Bruno Oliveira de Souza	Secretário da Comissão
Maria Eleonora Brandão Castelo Branco	Facilitadora da Comissão

Guilherme Barbosa Fernandes	Representante da SECGAD
José Carlos da Silva Batista	Representante da SETIC
Wiulla Inácia Garcia	Secretária da SEGEP
José Edson Ferreira Nunes	Coordenador do NEGE
João Paulo Ramos Jacob	Diretor da EASTJAM
Marcello Philipe Aguiar Martins	Representante da ESMAM

ITEM 2 - QUANTO À GESTÃO DE TODAS AS PAUTAS E ATAS DOS TRABALHOS EFETIVADOS NESTE PERÍODO:

(2º semestre/2021) e (1º semestre/2022).

Neste campo devem ser inseridos todas as Pautas e Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, com as datas e os nomes de todos os membros participantes que estão vinculados à comissão/ grupo de trabalho.

ATA DA REUNIÃO DO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2021.

INÍCIO: 10:00 h.

TÉRMINO: 11:00 h.

LOCAL: Gabinete do Desembargador Délcio Luís Santos .

PAUTA: Apresentação da Portaria que institui o Laboratório de Inovação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas; e estratégias a serem adotadas para implementação de projetos e ações na instituição.

MEMBROS: Exm.º Sr. Desembargador Délcio Luís Santos, Presidente da Comissão; Dr. Roberto Santos Taketomi, Juiz Coordenador da Comissão; Dr. Ronnie Frank Torres Santos, Dr. Gonçalo Brandão de Souza, Dr. Diego Martinez Ferverza Cantoário, Juízes de Direito; Bruno Oliveira de Souza, Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, Guilherme Barbosa Fernandes, José Carlos da Silva Batista, Wiulla Inácia Garcia, José Edson Ferreira Nunes, João Paulo Ramos Jacob e Marcello Phillippe Aguiar Martins, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de 2021, às 10:00 h, no Gabinete do Desembargador Délcio Luis Santos, reuniu-se a Comissão Gestora do Laboratório de Inovação e Inteligência do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, instituída pela Portaria n.º 2.095/2021 – PTJ, sendo consignada a presença dos seguintes membros da Comissão: Exm.º Sr. Desembargador Délcio Luís Santos, Presidente da Comissão; Dr. Roberto Santos Taketomi, Juiz Coordenador da Comissão e Dr. Diego

Martinez Fervenza Cantoário, Juíz de Direito; Bruno Oliveira de Souza, Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, Guilherme Barbosa Fernandes, José Carlos da Silva Batista, Wiulla Inácia Garcia, José Edson Ferreira Nunes, servidores desta egrégia Corte. Presentes, também, Marcia Rachel de Castro e Costa Rizzato, Secretária de Planejamento e Fernanda Priscilla Pereira Calegare, representante da Escola do Servidor. Procedeu-se, então, à abertura da Reunião, conduzida pela Secretária de Planejamento Marcia Rachel, a qual comunicou que a presente reunião foi convocada com o intuito de apresentar e debater as atribuições do Laboratório de Inovação, bem como, amealhar sugestões de ações e de projetos das diversas áreas do Tribunal, visando, ainda, incentivar ações inovadoras e gerenciá-las conforme exigências do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Nesse contexto, foi informado, também, que foram realizadas reuniões empreendidas pelos servidores Bruno Oliveira e Maria Eleonora com os subcomitês, coordenadorias e demais unidades do tribunal, objetivando a coleta de informações e identificação dos projetos do Plano Estratégico que estão em andamento ou que serão priorizados para o ano de 2022. O Exm.º Sr. Juiz-Coordenador Dr. Roberto Taketomi, passou a explanar relevantes informações sobre a atual situação das atividades jurisdicionais e cartorárias, visando, assim, implementar melhorias relativas ao funcionamento dos trâmites processuais, especialmente no que diz respeito às cartas precatórias. Ato contínuo, o Exm.º Sr. Desembargador Délcio, presidente da comissão, destacou a necessidade de se realizar um levantamento de todos os processos administrativos instaurados através de CPA e SEI, que tratam de matérias e idéias que poderiam ser implementadas no TJAM, com o objetivo de melhoria da prestação jurisdicional, tanto na capital quanto no interior. Ademais, foi sugerido que o Laboratório tenha autonomia para implantar medidas, através de portaria, desde que não haja impacto orçamentário e financeiro, porém, estabelecendo a comunicação imediata com a Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas. A servidora Marcia Rachel, informou que a Secretaria de Planejamento elaborou um

formulário padrão para que os setores possam encaminhar suas propostas de ações e projetos ao Laboratório. O Exm.º Sr. Desembargador Délcio, destacou a importância do formulário uma vez que visa a compilação, unificação, priorização e direcionamento das propostas. A servidora Wiulla Garcia, explanou a idéia de se fazer no tribunal um banco de talentos onde possam ser recrutados, para determinados postos, servidores e magistrados com determinadas habilidades e conhecimentos. O Exm.º Sr. Juiz Dr. Roberto Taketomi, explanou a necessidade de regulamentação da sistemática dos encaminhamentos e recebimentos das cartas precatórias, através da elaboração de uma portaria para normatizar os procedimentos. A servidora Wiulla Garcia aproveitou a oportunidade para sugerir a regulamentação do uso dos malotes no Tribunal. Nesse espeque, a servidora Marcia Rachel ressaltou a importância da elaboração de uma portaria onde contenha o formulário para apresentação de propostas de projetos. Registrou, também, a importância do setor de divulgação em apoiar e dar maior visibilidade as ações do Laboratório e, ainda, a criação de um e-mail de responsabilidade dos servidores Bruno Oliveira e Maria Eleonora para receber as informações e comunicar os demais membros. Salientou a importância da divisão das propostas por temas e/ou áreas, visando a celeridade, produtividade e a priorização dos projetos e ações que estão em andamento e que por algum motivo estão precisando de apoio. Ressaltou, também, a necessidade de criação de um portal do Laboratório para divulgação e informação das ações e recebimento de propostas, ideias e estudos. A servidora Fernanda Calegare, por sua vez, informou que a Escola do Servidor está realizando a pós graduação para os servidores do Tribunal e que alguns módulos alinhados a proposta de inovação poderão ficar disponíveis para quem tiver interesse em participar como ouvinte. Em razão disso, o Exm.º Des. Délcio, frisou a necessidade de se estabelecer contato com as áreas interessadas, separando as ideias por matérias, compilando e analisando as informações, definindo competências e, por fim, realizando reuniões para tratar do tema em grupos

específicos (comitês, subcomitês, coordenadorias, áreas técnicas e setores). O aludido Desembargador esclareceu, ainda, a necessidade de padronização do formulário das propostas de ações, projetos e ideias, bem como, a necessidade de criação de um e-mail próprio do Laboratório de Inovação para recebimento das propostas. Exauridas as deliberações para o momento, o Exm.º Sr. Desembargador-Presidente da Comissão declarou o encerramento da reunião, às 11:00 h. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, na qualidade de membro da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, *vai assinada* por todos os presentes.

Desembargador DÉLCIO LUÍS SANTOS
Presidente da Comissão

ROBERTO SANTOS TAKETOMI
Juiz Coordenador da Comissão

DIEGO MARTINEZ FERVENZA CANTOÁRIO
Juiz de Direito

MARCIA RACHEL DE CASTRO E COSTA RIZZATO
Secretária de Planejamento

BRUNO OLIVEIRA DE SOUZA
Secretário da Comissão

MARIA ELEONORA BRANDÃO CASTELO BRANCO
Facilitadora da Comissão

GUILHERME BARBOSA FERNANDES
Secretaria Geral de Administração

JOSÉ CARLOS DA SILVA BATISTA
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

WIULLA INÁCIA CARCIA
Secretaria de Gestão de Pessoas

JOSÉ EDSON FERREIRA NUNES
Núcleo de Estatística da Presidência

FERNANDA PRISCILLA PEREIRA CALEGARE
Escola de Aperfeiçoamento do Servidor

ATA DA REUNIÃO DO DIA 02 DE JUNHO DE 2022.

INÍCIO: 10:40 h.

TÉRMINO: 13:00 h.

LOCAL: Gabinete do Desembargador Délcio Luís Santos .

PAUTA: Apresentação dos projetos em desenvolvimento pelo Laboratório; Curso para Laboratoristas; Meta 9; e demais deliberações.

MEMBROS: Exm.º Sr. Desembargador Délcio Luís Santos, Presidente da Comissão; Dr. Roberto Santos Taketomi, Juiz Coordenador da Comissão; Dr. Ronnie Frank Torres Santos, Dr. Gonçalo Brandão de Sousa, Dr. Diego Martinez Fervenza Cantoário, Juízes de Direito; Bruno Oliveira de Sousa, Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, Guilherme Barbosa Fernandes, José Carlos da Silva Batista, Wiulla Inácia Garcia, José Edson Ferreira Nunes, João Paulo Ramos Jacob e Marcello Phillipe Aguiar Martins, servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Aos dois dias do mês de junho do ano de 2022, às 10:40 h, no Gabinete do Desembargador Délcio Luis Santos, reuniu-se a Comissão Gestora do Laboratório de Inovação e Inteligência do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, instituída pela Portaria n.º 2.095/2021 – PTJ, sendo consignada a presença dos seguintes membros da Comissão: Exm.º Sr. Desembargador Délcio Luís Santos, Presidente da Comissão; Dr. Gonçalo Brandão de Sousa, Juiz de Direito; Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, Guilherme Barbosa Fernandes, José Carlos da Silva Batista, servidores desta egrégia Corte. Presentes, também, Mirian Falcão da Silveira Rolim, representante da Escola do Servidor; João Cláudio Lobato, representante do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica; Rodrigo dos Santos Marinho e Rhedson Esashika, representantes da Secretaria de Tecnologia da

Comunicação e Informação - PROJUDI. Procedeu-se, então, à abertura da Reunião, conduzida pela servidora Maria Eleonora, a qual comunicou que a presente reunião foi convocada com o intuito de apresentar os projetos que estão em desenvolvimento pelo Laboratório de Inovação, bem como, expor as iniciativas, até então, desenvolvidas para as áreas judiciais e tecnológicas do Tribunal. Nesse contexto, foi informado alguns dos projetos que estão sendo viabilizados pelo Laboratório em parceria com o Projudi-TJAM. O primeiro projeto em vista de ser implementado, trata-se da ferramenta de negociação virtual, que visa disponibilizar um ambiente eletrônico alternativo e permanente para a resolução de litígios judiciais, por meio da interlocução direta entre as partes reclamantes e as empresas reclamadas, cujo objeto levou os técnicos do Projudi, juntamente com o Exm.º Sr. Juiz-Coordenador Dr. Roberto Taketomi, a procederem visita ao Tribunal de Justiça da Bahia, com o intuito de conhecerem as ferramentas tecnológicas a serem implantadas no tribunal. Foi informado pelo servidor Rhedson Esashika e pelo servidor Rodrigo Marinho que, inicialmente, a ideia da visita era, de fato, entender o sistema de negociação virtual, entretanto quando conheceram outras ferramentas tecnológicas implementadas pelo TJBA, os técnicos e o Exm.º Sr. Juiz-Coordenador Dr. Roberto Taketomi, propuseram ao Laboratório de Inovação do TJAM a implementação de algo maior, que abrangesse não somente o sistema de negociação virtual, mas também, o domicílio eletrônico, onde as pessoas jurídicas e pessoas físicas pudessem se cadastrar, visando assim, receber as citações de forma eletrônica, o que superaria diversos problemas enfrentados pelo tribunal. Também propuseram, a aquisição do assinador, no qual bastaria colocar a senha e a assinatura poderia ser realizada de qualquer dispositivo. Ainda, a aquisição de uma ferramenta de inteligência artificial que faria a leitura e reconhecimento de sentenças e além de outras tecnologias realizadas por robô. O Exm.º Sr. Desembargador Délcio, presidente da comissão, passou a explicar relevantes informações sobre a atual situação das atividades jurisdicionais e cartorárias, visando assim

implementar melhorias relativas ao funcionamento dos trâmites processuais, especialmente, no que diz respeito as rotinas de Secretarias. A servidora Maria Eleonora apresentou, em seguida, o próximo projeto, denominado Luminus, o qual tem como objetivo assessorar e instruir as unidades judiciais de 1º grau do interior e da capital, buscando a melhoria e o aprimoramento da gestão e gerenciamento de varas, visando alcançar melhores resultados no cumprimento das Metas Nacionais e dos Indicadores de Produtividade, por meio de atividades de capacitação, facilitação e divulgação para o público interno de informações e resultados obtidos através de painéis de *BIs*. Ato contínuo, o Exm.º Sr. Desembargador Délcio, destacou a necessidade de implantar uma ferramenta de BI a fim de realizar levantamentos de processos judiciais com todas as variações possíveis, montando relatórios com cálculos automatizados. Quanto ao terceiro projeto, foi informado pela servidora Maria Eleonora que o Laboratório instaurou processo administrativo visando viabilizar o acordo de cooperação entre o TJAM e o TJBA, a fim de obter o compartilhamento das ferramentas mencionadas anteriormente, quais sejam: extrator de dados da base, desenvolvidos para auxiliar no desenvolvimento de modelos de inteligência artificial, a ferramenta de busca de processos por similaridade, bem como a automação que realiza a triagem de processos com uso de etiquetas e palavras chaves. Ademais, o Exm.º Sr. Desembargador Délcio, destacou a importância de haver uma maior divulgação do Laboratório, inclusive a realização de uma campanha de comunicação sobre o objetivo e finalidade do LABJUS. Foi sugerido, também, que o tribunal desse premiações para os servidores e magistrados que compartilhassem as melhores ideias de ações e projetos para o Laboratório. Outrossim, explanou a necessidade de serem resolvidos os problemas pertinentes às chamadas demandas predatórias, através da implantação de uma ferramenta a ser utilizada para identificar e monitorar esse tipo de demanda. O resultado deste trabalho vai trazer maior agilidade no julgamento das ações e maior eficiência para o tribunal. Além de identificar e monitorar demandas fraudulentas que

possam comprometer a funcionalidade e eficiência dos serviços judiciais. O servidor do Núcleo de Estatística, João Cláudio, por sua vez, apresentou o painel de *BI* desenvolvido em 2021, no qual filtra as chamadas demandas predatórias, entretanto, a princípio, necessitará sofrer algumas adequações para poder realizar de forma mais efetiva os filtros de dados dos advogados, partes, assuntos e situações diversas. Em seguida, a servidora Maria Eleonora registrou, também, a importância do TJAM, por intermédio do Laboratório e da EASTJAM, em promover, apoiar e divulgar o curso para laboratoristas, conforme orientações e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, preferencialmente, de forma autoinstrucional e online, visando capacitar o maior número de servidores. O Exm.º Sr. Desembargador Délcio, frisou, ainda, a importância de se realizar melhorias nas Varas de Combate à Violência Doméstica (Maria da Penha), em virtude do grande acervo processual. Esclareceu que a estruturação das Varas é de extrema importância, permitindo às partes processuais maior acolhimento, frisou também a necessidade de otimização dos fluxos de processos. Por derradeiro, a servidora explanou à Comissão, a nova meta nacional para o ano de 2022, a Meta Nacional 9, que visa estimular a inovação no Poder Judiciário, buscando realizar ações que visem à difusão da cultura da inovação em suas diversas dimensões e nas interações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. A servidora informou que para cumprimento da Meta 9, está sendo implementado no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas o Programa de Integridade, o qual atenderia a ODS 16, que trata de Paz, Justiça e Instituições Eficazes, mais especificamente, a ODS 16.6 que visa desenvolver instituições eficazes e transparentes em todos os níveis. A servidora, por sua vez, informou que a SEPLAN elaborou ao longo do ano de 2022 o Código de Conduta Ética; a Portaria do Comitê de Ética; Programa de Integridade; e o Manual de Riscos e a Política de Gestão de Riscos, e que todos os documentos já foram aprovados pela Presidência. Entretanto, o Plano de Ação voltado a ODS 16 será encaminhado ao CNJ até o dia 30 de junho do

ano corrente. Ademais, ficou definido que haverá maior divulgação do Laboratório, ampliando a comunicação interna, através do site do TJAM, intranet, e-mails e redes sociais. Exauridas as deliberações para o momento, o Exm.º Sr. Desembargador-Presidente da Comissão declarou o encerramento da reunião, às 13:00 h. Nada mais havendo a tratar, eu, Maria Eleonora Brandão Castelo Branco, na qualidade de membro da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, *vai assinada* por todos os presentes.

Desembargador DÉLCIO LUÍS SANTOS
Presidente da Comissão

GONÇALO BRANDÃO DE SOUSA
Juiz de Direito

MARIA ELEONORA BRANDÃO CASTELO BRANCO
Facilitadora da Comissão

GUILHERME BARBOSA FERNANDES
Secretaria Geral de Administração

JOSÉ CARLOS DA SILVA BATISTA
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

JOÃO CLÁDIO LOBATO
Núcleo de Estatística da Presidência

MIRIAN FALCÃO DA SILVEIRA ROLIM
Escola de Aperfeiçoamento do Servidor

RODRIGO DOS SANTOS MARINHO
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - PROJUDI

RHEDSON FRANCISCO ESASHIKA
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - PROJUDI

ITEM 3 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Neste campo, reporte as principais atividades realizadas pelos integrantes no período. (Opcional).

1. Aprovação e criação da Portaria que institui o Laboratório de Inovação e Inteligência do TJAM;
2. Definição da equipe que irá compor o Laboratório;
3. Elaboração do Plano de Trabalho do Laboratório elencando suas prioridades;
4. Criação de link na intranet com o objetivo de apresentar, informar e divulgar o Laboratório de Inovação e Inteligência;
5. Criação de banner na intranet com o objetivo de disponibilizar formulário para preenchimento de propostas de ações, exclusivo para magistrados, servidores e colaboradores do TJAM que desejam contribuir com iniciativas a serem desenvolvidas no Laboratório;
6. Proposta do Projeto de Sistema de Negociação Virtual, visando disponibilizar um ambiente eletrônico alternativo e permanente para a resolução dos litígios judiciais, por meio da interlocução direta entre as partes reclamantes e as empresas reclamadas. Visa instituir no âmbito do Poder Judiciário, notadamente nas Unidades Judiciais do Interior do Estado, que utilizam o Processo Judicial Digital- PROJUDI, o Sistema de Negociação Virtual, outorgando ao jurisdicionado, ferramenta digital desenvolvida pelo Tribunal de Justiça da Bahia, que possibilite a composição consensual do conflito de forma célere e eficaz.
7. Proposta do Programa de Integridade, que visa instituir um conjunto de projetos e ações que serão administrados de forma integrada, reunidos em documento único aprovado pela alta direção, no qual será apresentado ações de prevenção, detecção, correção e monitoramento das áreas suscetíveis a desvios, corrupções, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
8. Proposta do Programa de Gestão de Varas, visa assessorar e instruir as Unidades Judiciais de 1º Grau do Interior e da Capital, buscando a melhoria e o aprimoramento da gestão e gerenciamento de varas, com o objetivo de alcançar melhores resultados no cumprimento das metas nacionais do CNJ e dos indicadores de produtividade, procurando tornar a prestação jurisdicional mais célere, efetiva e resolvida, através de atividades de capacitação de

servidores e magistrados; assessoramento e suporte; e divulgação de resultados relacionados às Metas Nacionais e Indicadores do Justiça em Números.

9. Proposta de Projeto para celebração de acordo de cooperação técnica entre o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, visando o compartilhamento de ferramentas tecnológicas desenvolvidas pela Coordenação dos Juizados Especiais (COJE TJBA), quais sejam, o extrator de dados da base do PJe, desenvolvido para auxiliar no desenvolvimento de modelos de inteligência artificial, a ferramenta de busca de processos por similaridade, a assistente Sofia, bem como a automação que realiza triagem de processos com uso de etiquetas e palavras chaves. Tais ferramentas tecnológicas serão implantadas nas Unidades Judiciais do Interior do Estado que utilizam o Sistema Projudi.

ITEM 4 - OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES:

O Laboratório de Inovação e Inteligência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas é uma comissão permanente e interinstitucional de trabalho e de ações de melhorias para as atividades jurisdicionais, vinculada diretamente à Presidência do TJ. É um espaço destinado à realização de pesquisas, estudos, e desenvolvimento de projetos e soluções inovadoras com fito ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Ao longo do ano foram realizados diversos estudos e levantamento de dados para averiguação das principais atividades a serem desenvolvidas pelo Laboratório, dentre elas destacam-se, o aprimoramento das ferramentas tecnológicas do TJAM, objetivando o alcance de melhores resultados e melhor atendimento ao jurisdicionado.